

História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscaro
(Organizadores)

História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloí Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 2 / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-81740-01-6 DOI 10.22533/at.ed.016201102</p> <p>1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores. I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra. CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo da História é repleto de possibilidades ou, como sugere o título deste livro, um espaço fecundo para diálogos. Neste sentido, são possíveis análises cronológicas, quantitativas, qualitativas, biográficas, transnacionais e interdisciplinares que permeiam outras variáveis como econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais, por exemplo. Assim, o chamado para se refletir sobre a História é um chamado para se pensar a atuação do ser humano no planeta, em suas diferentes épocas, seus diferentes contextos e em suas diferentes abordagens.

A História, como ciência, é dotada de métodos que são empregados por seus pesquisadores e pesquisadoras para, a partir de questões que são colocadas, verificar suas teses em fontes pertinentes ao tema analisado. O que o leitor encontrará neste volume são textos que foram selecionados para composição do livro a partir de um eixo que prioriza a reflexão a respeito da Educação, da Religião e do Patrimônio. Os 30 capítulos são frutos de estudos que foram desenvolvidos por profissionais de diversas instituições do país.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas acerca da Educação. De modo que, internamente, esses textos permeiam debates em torno de questões étnicas na Educação, aspectos do ensino básico e do ensino universitário.

Na segunda parte da obra estão reunidas análises históricas situadas no campo das religiões. Assim sendo, os respectivos capítulos concentram análises que retomam aspectos religioso desde a Idade Média até os dias atuais, além de refletir sobre questões de gênero no campo religioso e trajetórias pessoais.

Por fim, a terceira parte do livro é composta por análises históricas no campo do Patrimônio. De tal forma abrangente que parte da antiguidade egípcia até a música contemporânea. Seus textos discutem outros temas como folclore, teatro e quilombos.

Em síntese, a obra *História: espaço fecundo para diálogos* é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades das pesquisas históricas, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a divulgação científica do trabalho do Historiador/Historiadora, que constrói pontes para uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscaro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NEGRITUDE E MEMÓRIAS APAGADAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE UMA CIDADE MINEIRA (1976-2016)	
Maria Rita de Jesus Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.0162011021	
CAPÍTULO 2	14
EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA PROPOSTA DE VISIBILIZAR A LEI 10.639/2003 E DECOLONIZAR O CURRÍCULO NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL MIGUEL ARCANJO, EM SÃO SEBASTIÃO – DISTRITO FEDERAL	
Técia Goulart de Souza Elison Antonio Paim	
DOI 10.22533/at.ed.0162011022	
CAPÍTULO 3	24
ÓRFÃOS DO ELDORADO DE MILTON HATOUM: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA A HISTÓRIA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011023	
CAPÍTULO 4	37
HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA: HÁ LUGAR PARA TEMPORALIDADES OUTRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA?	
Edith Adriana Oliveira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0162011024	
CAPÍTULO 5	53
PAULO BOURROUL E O ENSINO DAS CIÊNCIAS NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Matheus Luiz de Souza Céfalo	
DOI 10.22533/at.ed.0162011025	
CAPÍTULO 6	69
EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEI FEDERAL Nº 10.639/03: INDIFERENÇA A SER SUPERADA	
Carla Santos Pinheiro Lauro de Freitas/Bahia	
DOI 10.22533/at.ed.0162011026	
CAPÍTULO 7	80
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DA ILUMINAÇÃO SEMAFÓRICA DE BELO HORIZONTE: “PROJETO CIDADE REVELADA - INTERPRETAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL”	
Ana Carolina Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011027	

CAPÍTULO 8	91
PATRIMÔNIO CULTURAL E A HISTÓRIA LOCAL: UMA PESQUISA DO PROFHISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Antônia Lucivânia da Silva Paula Cristiane de Lyra Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0162011028	
CAPÍTULO 9	106
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS ANOS INICIAIS	
Carollina Carvalho Ramos de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0162011029	
CAPÍTULO 10	118
IMAGENS EM SALA DE AULA: O USO DE PINTURAS HISTÓRICAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Priscila Santos Calegari	
DOI 10.22533/at.ed.01620110210	
CAPÍTULO 11	131
CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.01620110211	
CAPÍTULO 12	141
ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DAS COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E LÍNGUA PORTUGUESA	
Nádia Narcisa de Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110212	
CAPÍTULO 13	154
ARIANO SUASSUNA: A ESCRITA E A PRÁTICA DE UM PENSAMENTO EDUCACIONAL NO “BRASIL REAL”	
Aurea Maria Bezerra Machado	
DOI 10.22533/at.ed.01620110213	
CAPÍTULO 14	165
O (AUTO) BIOGRÁFICO NO PROCESSO FORMATIVO: DOCÊNCIA ORIENTADA NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Fabiana Regina da Silva Cristiane Medianeira da Silva Reis	
DOI 10.22533/at.ed.01620110214	
CAPÍTULO 15	180
A MISSÃO DAS UNIVERSIDADES: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DAS PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA	
Alexandre de Britto Redondo	
DOI 10.22533/at.ed.01620110215	

CAPÍTULO 16	194
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: COTAS PARA ESTUDANTES NEGROS	
Josefa Neves Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.01620110216	
CAPÍTULO 17	208
SANTO INOCÊNCIO MÁRTIR: UM SANTO ITALIANO DO SÉCULO III EM TOMAZINA PR	
Jonathas Wilson Michelin	
Angelita Marques Visalli	
DOI 10.22533/at.ed.01620110217	
CAPÍTULO 18	221
A IGREJA E A FONTE DE NOSSA SENHORA D'AJUDA DE PORTO SEGURO (1551- 1761)	
Lucas de Almeida Semeão	
DOI 10.22533/at.ed.01620110218	
CAPÍTULO 19	233
AS HAGIOGRAFIAS SEISCENTISTAS DE JOSÉ DE ANCHIETA: PROJETOS POLÍTICOS E IDENTIDADES RELIGIOSAS EM CONCORRÊNCIA	
Camila Corrêa e Silva de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.01620110219	
CAPÍTULO 20	246
O SOCIAL NA ARTE SACRA DE E. P. SIGAUD: O CASO DAS PINTURAS MURAIIS MODERNISTAS NA CATEDRAL DE JACAREZINHO	
Luciana de Fátima Marinho Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.01620110220	
CAPÍTULO 21	258
A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA NA DIOCESE DE MANAUS	
Elisângela Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110221	
CAPÍTULO 22	271
O DESAFIO DE PESQUISAR O ACERVO DAS ORDENS RELIGIOSAS FEMININAS EM PORTUGAL	
Tatiane de Jesus Chates	
DOI 10.22533/at.ed.01620110222	
CAPÍTULO 23	284
O DISCURSO PROTESTANTE PENTECOSTAL DA BÍBLIA DA MULHER ACERCA DA CONDIÇÃO FEMININA VERSUS O DISCURSO ORAL DAS FIEIS	
José Glauber Lemos Diniz	
Daniele Barbosa Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.01620110223	

CAPÍTULO 24	298
ARCEBISPO DA PARAÍBA DOM JOSÉ MARIA PIRES: RELIGIÃO E POLÍTICA ENTRE OS ANOS DE 1965-1985	
Naiara Ferraz Bandeira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.01620110224	
CAPÍTULO 25	308
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS ACERCA DOS DISCURSOS SOBRE A MA'AT N'AS LAMENTAÇÕES DE KHA-KHEPER-RÉ-SENEB	
Victor Braga Gurgel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110225	
CAPÍTULO 26	321
APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DA EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE FOLCLORE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO O CASO DE SILVIO ROMERO	
Manoel Carlos Fonseca de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.01620110226	
CAPÍTULO 27	330
NICOLAU ALEKHINE NO ARQUIVO IPHAN-SP: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA	
Rafael de Araújo Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.01620110227	
CAPÍTULO 28	340
COMPANHIA TEATRO MODERNO DE LISBOA (TML): ENGAJAMENTO, RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO CULTURAL NOS ANOS 1960	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110228	
CAPÍTULO 29	351
ACAMPAMENTO E CULTURA POLÍTICA: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ (1997-2015)	
Elson dos Santos Gomes Junior	
DOI 10.22533/at.ed.01620110229	
CAPÍTULO 30	363
O RAP INTERCULTURAL CONSTRUINDO UMA REPRESENTAÇÃO HÍBRIDA DA CIDADE DE MANAUS (1989 A 1999)	
Richardson Adriano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.01620110230	
SOBRE OS ORGANIZADORES	376
ÍNDICE REMISSIVO	377

A MISSÃO DAS UNIVERSIDADES: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DAS PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA

Data de aceite: 27/01/2020

Alexandre de Britto Redondo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo – SP

<http://lattes.cnpq.br/0415753797273840>

04/11/2019

RESUMO: No dia 16 de agosto de 1937, no Teatro Municipal de Belo Horizonte, o candidato à presidência da República, Armando de Salles Oliveira, pronunciou um discurso concernente à sua campanha eleitoral posteriormente intitulado como “A missão das Universidades”, no qual tratou temas como: missão das universidades, ensino primário e secundário, ensino profissional, política nacional de educação e concluiu sua declamação com uma análise particular do momento político que vivenciara. Admitindo a perspectiva foucaultiana como fundamentação teórica, o presente estudo visa oportunizar um diálogo com estas proposições educacionais de Armando de Salles Oliveira enunciadas em seu discurso e seus efeitos possíveis atinente ao lugar social do alunado que se pretendia educar. Não obstante, o conceito de *Governamentalidade* formulado por Michel Foucault nos parece profícuo ao compreender as relações sociais como um jogo

de forças atuantes na condução da conduta de si e do outro, uma vez que a hipótese de nossa análise remete à investidura educacional de Armando como uma prática de enaltecimento moral e salvacionista da organização racional, dos saberes científicos e escolares no bojo das diversas modalidades de ensino defronte à sociedade brasileira. Ademais, valendo-se de uma análise arqueológica, na qual pretendeu-se evidenciar as regras que o discurso obedece enquanto prática e as condições de exercício da função enunciativa, pretendemos tornar explícito o esforço da implantação de saberes que na esfera do ensino primário estipulassem um patamar social inicial, marginalizando aqueles que não o alcançassem; mensurassem a “capacidade” dos indivíduos com base no seu rendimento no ensino secundário; legitimassem a condição de “elite intelectual” de sujeitos por meio do ensino superior e “credenciassem” a mão-de-obra dos alunos do ensino profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Armando de Salles Oliveira; Educação; Governamentalidade

THE MISSION OF UNIVERSITIES: AN ARCHEOLOGICAL ANALYSIS OF THE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA'S EDUCATIONAL PROPOSALS

ABSTRACT: On August 16, 1937, at the

Municipal Theater of Belo Horizonte, the presidential candidate, Armando de Salles Oliveira, delivered a speech concerning his electoral campaign, later entitled “The Mission of the Universities”, in which he dealt with topics such as mission of the universities, primary and secondary education, vocational education, national education policy and concluded his declamation with a particular analysis of the political moment he had experienced. Admitting Foucault’s perspective as a theoretical foundation, the present study aims to provide a dialogue with these educational propositions of Armando de Salles Oliveira enunciated in his discourse and their possible effects related to the social place of the students who intended to educate. Nevertheless, the concept of governmentality formulated by Michel Foucault seems useful to us in understanding social relations as a set of forces acting in the conduct of self and other conduct, since the hypothesis of our analysis refers to Armando’s educational endowment. It is a practice of moral and salvationist exaltation of the rational organization, scientific and scholarly knowledge amid the various teaching modalities in front of the Brazilian society. Moreover, using an archaeological analysis, which aimed to highlight the rules that discourse obeys as a practice and the conditions of exercise of the enunciative function, we intend to make explicit the effort of the implantation of knowledge that in the sphere of primary education stipulated initial social level, marginalizing those who did not reach it; measure the “capacity” of individuals based on their income in secondary education; legitimize the condition of “intellectual elite” of subjects through higher education and “accredit” the workforce of vocational students.

KEYWORDS: Armando de Salles Oliveira; Education; Governmentality

1 | INTRODUÇÃO

No dia 30 de julho de 2018, ainda sob a condição de candidato à presidência da república, o presidente eleito no mesmo ano, Jair Bolsonaro, concedeu uma entrevista coletiva ao programa “Roda Viva”, transmitido pela TV Cultura. Ao ser indagado sobre a política de cotas raciais de ingresso nas universidades públicas e em concursos públicos, Bolsonaro fez a seguinte declaração: “Eu não posso falar que vou terminar (com a política de cotas raciais) porque depende do Parlamento. Pelo menos diminuir o percentual. Vou propor, quem sabe, a diminuição do percentual”. (BOLSONARO, 2018)

Ao ser questionado pela equipe do programa se a política de cotas não seria uma resposta a uma suposta dívida histórica do Brasil com a população negra em virtude do período de legalização do trabalho escravo findado em 1888, Jair Bolsonaro retrucou: “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida. (...) É justo a minha filha ser cotista? O negro não é melhor do que eu, e nem eu sou melhor do que o negro. Na Academia Militar das Agulhas Negras, vários negros se formaram comigo. Alguns abaixo de mim, alguns acima de mim, sem problema nenhum. Por

que cotas?”. (BOLSONARO, 2018)

Problematizações políticas a respeito das relações entre sociedade e educação são temáticas amiúde tratadas no Brasil ao longo de mais de um século de República. Não obstante, os respectivos temas e debates também são elencados como objetos de estudo da historiografia da educação brasileira.

Sob o ponto de vista histórico, é válido ressaltar a importância e o espaço social que a educação gradativamente passou a ocupar no período que sucedeu o Império de D. Pedro II. Proclamada a República, a educação tornar-se-ia, segundo Souza (1999, p. 26) “uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social.”.

Todavia, a partir do final década de 1920, a economia política direcionou grande parte do seu enfoque às questões pertinentes ao crescente processo de industrialização do período, e somada a um ideal fabril civilizatório (DECCA, 1984), a moralização do espaço urbano entrou na pauta dos projetos educativos dos governos republicanos a fim de viabilizar uma possível convivência harmoniosa entre os variados agrupamentos sociais que habitavam as cidades, tendo em vista que estas estavam em considerável expansão demográfica no respectivo período. (CARVALHO, 1998)

Na década de 1930, os discursos adeptos a uma possível reforma social que corroborasse com a racionalização industrial se fortaleceram nos meios de grupos de intelectuais e indivíduos ligados à indústria. Os objetivos enfatizados seriam a maior produtividade e a eficiência do trabalho. Tais metas ganharam ainda mais força no contexto do crescente processo de industrialização defronte aos impactos ocasionados pela crise econômica de 1929.

No entanto, este projeto social não era unânime entre os detentores dos meios de produção. Para alguns integrantes dos setores agrário e comercial da economia brasileira, uma possível reforma teria a potencialidade de implicar uma desordem social indesejada. Por outro lado, segundo Weinstein (2000), dentre as personalidades atuantes no meio industrial mais entusiasmadas com os métodos racionais de organização do trabalho e do treinamento profissional, a figura de Armando de Salles Oliveira fruía de certo destaque.

Nascido na cidade de São Paulo, em 1887, Armando de Salles Oliveira formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica, o que daria continuidade na sua carreira de engenheiro e empresário. Casou-se com Raquel de Mesquita, filha de Julio de Mesquita, dono do jornal *O Estado de São Paulo*, fato que desencadearia na amizade e sociedade entre Armando e Julio em diversos empreendimentos. Em 1927, o engenheiro paulista assumiu a presidência da sociedade anônima proprietária do jornal em virtude da morte do sogro Julio de Mesquita. No ano de 1931, em conjunto com Roberto Mange, Aldo de Azevedo e outras personalidades do âmbito industrial

paulista, Armando colaborou com a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) (CONCEIÇÃO, 2005), sendo nomeado o primeiro presidente do Instituto. Filiado ao Partido Democrático (PD) de São Paulo, em 1932 participou das articulações da Frente Única Paulista (FUP), que posteriormente desencadeariam na Revolução Constitucionalista, movimento contrário ao presidente Getúlio Vargas. Em agosto de 1933, foi nomeado por Vargas para exercer o cargo de Interventor Federal de São Paulo, e em outubro de 1934, foi eleito governador constitucional do mesmo estado. No ano de 1937, lançou sua candidatura para a presidência da República, fazendo parte da União Democrática Brasileira (UDB).

Ao determinar o fechamento do Congresso Nacional e o cancelamento das eleições presidenciais do mesmo ano, Vargas decretou a prisão domiciliar de Armando de Salles Oliveira, punição que perdurou por cerca de um ano. Em novembro de 1938, o paulista exilou-se para a França e transferiu-se para os Estados Unidos em abril do ano seguinte. No ano de 1943, fixou-se na Argentina até o seu retorno pátrio em abril de 1945 oportunizado pela sua anistia política. Participou da fundação e da comissão diretora da União Democrática Nacional (UDN), partido composto por adversários políticos do Estado Novo. Faleceu em São Paulo, no dia 17 de maio de 1945. (ABREU, 2001)

No dia 16 de agosto de 1937, no Teatro Municipal de Belo Horizonte, Armando pronunciou um discurso concernente à sua campanha presidencial, posteriormente intitulado como “A missão das Universidades” (OLIVEIRA, 1945), no qual tratou temas como: missão das universidades, ensino primário e secundário, ensino profissional, política nacional de educação e concluiu sua declamação com uma análise particular do momento político que vivenciara. (OLIVEIRA, 2002)

Fundamentado na perspectiva metodológica foucaultiana de *Arqueologia* (FOUCAULT, 2016), o presente estudo limitou-se em considerar somente as proposições educacionais referentes às universidades, aos ensinamentos primário, secundário e profissional enunciadas por Armando de Salles Oliveira no dia 16 de agosto de 1937, pelo fato de enfatizarmos em nossa análise os atributos específicos de cada nível educacional a fim de evidenciarmos as regras que o discurso obedece enquanto prática e as condições de exercício da função enunciativa, além dos efeitos possíveis atinentes ao lugar social do alunado que se pretendia formar em cada grau educacional, articulando o acontecimento discursivo com acontecimentos não discursivos. (MACHADO, 1988)

Nesse mote, consideraremos como instrumento de análise o conceito de *Governamentalidade*, assim formulado por Michel Foucault (2008, p. 143)

(...) conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal

forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.

Tal definição se apresenta como uma possibilidade viável de ponderarmos nosso objeto de estudo, tendo em vista que o âmbito educacional engloba um conjunto de instituições escolares responsáveis por fixarem os indivíduos a um aparelho de transmissão do saber (FOUCAULT, 2005), e os saberes organizados e difundidos nos estabelecimentos de ensino admitem propósitos específicos de formação e gestão de condutas de si e do outro. Logo, a análise discursiva de proposições educativas de um candidato à presidência torna-se uma estratégia procedimental de trazer à baila determinados métodos e técnicas de gestão de condutas, regras discursivas e processos de subjetivação do período estudado.

2 | A MISSÃO DAS UNIVERSIDADES

Nunca será demais repetir que as universidades, qualquer que seja o lugar do país em que se ergam, devem ser criadas para exercer a sua influência, não sobre uma região, mas sobre toda nação. (...) Sem esses focos de pesquisas científicas e de alta cultura, sem a rigorosa seleção pelo mérito, em benefício da ciência, pura e aplicada, da política e da produção, e sem uma consciência cada vez mais profunda do interesse geral, não há democracia que resista ao assalto das forças demagógicas e reacionárias. (OLIVEIRA, 2002, p. 422)

Na condição de Interventor Federal no Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira outorgou o decreto estadual que delimitava a criação da Universidade de São Paulo (SÃO PAULO, 1934), o que mais tarde desencadeou em sua lápide o seguinte escrito: “O homem que fundou a Universidade de São Paulo” (SILVA, 1980). Não por acaso, a atenção que delega ao ensino superior em seu pronunciamento explicita a pertinência política desta temática. Ademais, sua fala evidencia que o saber científico, intermediado pelas universidades, deveria exercer *influência* em todo o território nacional.

A premência da expansão de estabelecimentos de ensino superior admite a potencialidade de uma maior difusão e produção de conhecimentos acadêmicos na sociedade brasileira. Todavia, a fundação destas instituições legitimaria a aptidão *democrática* e de *alta cultura* dos indivíduos formados nelas, sendo estes legalmente atestados e encarregados de atuarem nas produções científicas, políticas e econômicas, os diferenciando dos demais que não gozassem de tais conhecimentos e títulos acadêmicos. Tal lógica pressupõe que somente as Universidades teriam a habilitação de produzir e reproduzir conhecimentos compatíveis com a *democracia* e com a *alta cultura*, e somente aqueles que passassem pelas instituições de ensino superior lograriam destas qualidades na sua formação pessoal.

Nesse contexto, a rigorosa seleção pelo mérito opera em classificar e

hierarquizar os indivíduos entre capazes e incapazes no que diz respeito ao acesso aos conhecimentos científicos, sendo estas seleções os critérios de julgamento de tais condições. O cenário dessa seleção permite que o indivíduo possa ser

(...) descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc. (FOUCAULT, 2010b, p. 183).

Em outras palavras, aqueles que fossem bem sucedidos nas seleções teriam pleno acesso a conhecimentos de determinadas áreas, e por este motivo, estariam aptos a atuarem, tomarem decisões e difundirem seus aprendizados científicos. Concomitantemente, os mal-sucedidos comprovam a própria incapacidade de acessibilidade a estes conhecimentos mediante a seleção, o que legalmente lhes inviabilizam a autônoma tomada de decisões no âmbito científico, deixando a cargo a responsabilidade de deliberações àqueles que tenham a hipotética competência ensinada e credenciada pelas instituições de ensino superior, sendo estas estabelecidas como o *locus* privilegiado da ciência pura e aplicada e da *alta cultura*.

Em um jogo de relações, o patamar de sublimidade do saber científico a ser ensinado nas Universidades se manifesta pela dificuldade e triagem a que o indivíduo deve ser submetido para finalmente alcançá-lo e lograr dos possíveis usufrutos de tal conquista. Ainda, a comparação e a transcendência do saber científico perante outros tipos de saberes emergem neste jogo de relações

É somente pela alta cultura, de nível verdadeiramente universitário, que nos desembaraçaremos dessa meia cultura a que submeteu o país o regime de autodidatismo, de cultura pessoal, empírica, sem base e, quase sempre, sem horizonte; e é só nesses maravilhosos laboratórios de vida espiritual e de atividades científicas que se formará a nova mentalidade nacional, pela autocrítica, pela pesquisa desinteressada, e pela constante revisão do pensamento e dos elementos de nossa civilização. (OLIVEIRA, 2002, p. 425-426)

A associação direta entre a cultura universitária e a *nova mentalidade nacional* corresponderia ao método supostamente correto de se analisar a própria civilização. No entanto, o autodidatismo e a cultura dita pessoal são duramente desvalorizados, o que denota um grande apelo à regulação e à normalização da cultura e dos conhecimentos, resultando na marginalização da multiplicidade e do caráter estritamente empírico dos mesmos. Assim, a necessidade de procurar mestres formados e credenciados por instituições científicas tornar-se-ia uma urgência no campo acadêmico, as missões francesas (MAIA, 2011) foram um exemplo deste movimento de “eleição” de conhecimentos científicos, de *alta cultura* e de professores que deveriam compor parte do ensino superior brasileiro.

No que diz respeito à *Missão das Universidades*, é perceptível a designação dos conhecimentos científicos como os vetores do pleiteado desenvolvimento

da sociedade brasileira, e as Universidades seriam a materialização destes conhecimentos. É válido ressaltar que a ideia de homogeneização de conhecimentos não está presente nessas práticas discursivas, apesar do descrédito ao autodidatismo. Afinal, a rigorosa seleção dos indivíduos para o ingresso às Universidades inviabiliza qualquer hipótese de homogeneidade. Por outro lado, o que fica explícita como Missão é a formalização da ciência e a expansão da sua atuação na sociedade brasileira. As multiplicidades seriam presentes, mas no âmbito da formalidade, da legalidade e da norma, alguns conhecimentos teriam valores sociais simbólicos diferenciados em relação a outros, bem como as instituições de ensino e os indivíduos que detivessem a posse atestada ou não de determinados conhecimentos.

3 | ENSINO SECUNDÁRIO, PRIMÁRIO E PROFISSIONAL

Segundo Pimentel e Freitas (2012), após a Revolução de 1930, o Governo Federal adotou normas que facultaram transformações importantes na educação brasileira, iniciando uma feição de sistema de ensino articulado. No caso do ensino secundário, a reforma realizada pelo Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos (1931), oportunizou este caráter orgânico do ensino. Em um diapasão com tais políticas, empossado dos cargos de Interventor Federal (1933-1935) e Governador do Estado de São Paulo (1935-1936), Armando de Salles Oliveira decretou a criação de 21 ginásios escolares e a construção de mais 10 edifícios.

Ao tratar do ensino secundário no seu discurso político, Armando entende que a função deste nível educacional seria: “a formação da consciência nacional e da consciência universal e humana, e o desenvolvimento simultâneo do espírito literário e do espírito científico.” (OLIVEIRA, 2002, p. 428). A dependência direta entre a formação das consciências nacional, universal e humana com o ensino secundário opera consubstanciada na lógica da elucidação e emancipação dos indivíduos que têm acesso aos conhecimentos proferidos nas escolas, e a reboque, a necessidade de “recuperar” ou “salvar” os demais vem à tona. Nesse jogo de relações, cria-se uma utopia de formação na qual a passagem do indivíduo pela escola é obrigatória para o seu alcance, e aqueles que não lograrem de tal condição estariam em déficit com este ideal estipulado, bem como com a formação de suas consciências nacional, universal e humana.

Tendo em vista o modo de operação efetivo desta utopia formativa na sociedade brasileira, a articulação do ensino secundário com o ensino primário apresentar-se-ia como uma obrigação social premente. No que diz respeito à investidora política de Armando de Salles Oliveira ao ensino primário, o paulista foi responsável pela instalação de cerca de 1000 escolas em apenas um ano, privilegiando a zona rural.

(IDORT, 1945). É válido ressaltar a atuação governamental em relação à população rural neste período, tendo em vista as estratégias de conter o êxodo rural e fixar o homem ao campo, melhorando as suas condições de vida, e em tautocronia, atendendo às necessidades da produção agrícola. (GOMES, 1982)

A temática do ensino primário, por sua vez, é manifestada no discurso político da seguinte maneira:

Hoje o seu papel é mais social do que pedagógico, não se limitando a dar ao povo os elementos mínimos de formação econômica e social e as bases para a extensão de sua cultura no ensino secundário. A escola primária transpõe essa finalidade puramente pedagógica para se revestir de uma função social e nacional que ela realizará tanto melhor quanto mais se for ampliando a educação em um número cada vez maior de crianças até ser possível atingir o grande ideal das nações democráticas – colhendo as gerações que sobem, em todo o país, na rede de ensino gratuito e obrigatório. Assim deverá crescer, de ano a ano, a massa de indivíduos em que se fará a sondagem indispensável para encaminhar ao ensino secundário a parte mais bem dotada da população escolar. (OLIVEIRA, 2002, p. 429)

A gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, enfatizadas por Armando, seriam fatores que contribuiriam com o movimento que Aquino (2013, p. 201) reconhece como “alargamento progressivo do raio da ação escolar”, testemunhado pela contemporaneidade. A expansão do ensino primário institui a popularização dos conhecimentos ensinados nas escolas, sendo estes considerados basilares para o posterior aprofundamento nos conhecimentos científicos. Uma vez que grande parte da população teria acesso obrigatório e gratuito a esses conhecimentos entendidos como básicos, a formalização dos conhecimentos escolares e científicos na sociedade brasileira estaria plenamente afirmada e reconhecida pela população.

No caso dos exames de admissão para o ensino secundário, trata-se de uma filtragem dos indivíduos, atestando o “mérito” intelectual de alguns, e ao mesmo tempo rigorosamente legitimando a “incapacidade” de outros. Ao passo que o acesso pleno ao ensino exige certos esforços, e este viabilizaria condições de consciência humana, autonomia e liberdade, um conjunto de normas, valores e padrões de conduta são disseminados, e para que um dado indivíduo obtivesse êxito em sua trajetória estudantil, este não poderia ignorá-los. Além do bem individual que a educação escolar se propusera a proporcionar, o bem coletivo também entraria na pauta do ensino primário

A grande massa dos homens preparados pela educação comum é que forma ambiente para as campanhas eleitorais e os movimentos de opinião, que precedem as reformas e contribuem para orientá-las no sentido das necessidades coletivas. (OLIVEIRA, 2002, p. 430)

No trecho citado fica evidente a função social da escola de habilitação do

eleitorado e dos movimentos de opinião, delegando aos cidadãos formados pelos conhecimentos escolares o direito estatutário de falar (FOUCAULT, 2010a), promovendo e justificando o caráter libertário e emancipador da escola no seio de uma sociedade democrática. Neste mote, um projeto de nação em que os conhecimentos ditos científicos - mesmo que de acesso parcial por grande parte da população - são basilares para o desempenho das atividades políticas, econômicas e socioculturais, a necessidade de uma formação comum perfaz uma coesão social no campo dos conhecimentos, sendo um critério estabelecido e consentido pela população brasileira, designando as funções sociais de cada indivíduo de acordo com o grau e a modalidade científica da formação educacional deste.

Uma vez estabelecidas as suas proposições acerca dos ensinos superior, secundário e primário, Armando de Salles Oliveira debruçou-se para a formação profissional, âmbito no qual o intelectual era familiarizado em demasia, tendo em vista a sua atuação interna na 2ª Divisão do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), setor que tratava da eficiência do fator humano no trabalho (MANGE, 1945). No período em que governou o Estado de São Paulo, Armando delegou ao IDORT o levantamento, planejamento e execução da reorganização administrativa do governo de São Paulo, por via do Decreto Estadual nº 6284 (SÃO PAULO, 1934), de janeiro de 1934. Posteriormente, em 1936, contribuiu com a promulgação do Decreto Federal nº 1155/36 (BRASIL, 1936), que declarava o IDORT como utilidade pública em nível nacional, explicitando a importância que atribuía ao desenvolvimento da racionalização científica no bojo da sociedade brasileira. Além da sua atuação direta e indireta no IDORT, Armando de Salles Oliveira implantou cursos técnicos para trabalhadores ferroviários, criou a Colônia de Férias que enfatizava a higiene escolar de jovens, investiu no escotismo e na formação de Educadoras Sanitárias, além de fundar a Superintendência do Ensino Profissional (IDORT, 1945).

Seu entendimento sobre a educação profissional é proferido da seguinte maneira

Mas é na educação profissional e na adaptação científica do trabalho às aptidões naturais que temos de procurar um dos meios mais adequados não só à produção de aprendizes, oficiais e mestres, em todos os ramos técnicos, como à fixação do trabalhador nos quadros profissionais.

O rápido progresso do maquinismo ampliou imensamente esse problema, dificultando a organização do ensino profissional e chegando a comprometê-lo, mesmo, nos países que melhor o tinham instituído. Enquanto, por isso, não for possível a integração da instrução técnica no quadro dos grupos profissionais respectivos - para o artesanato, não há sistema mais eficiente do que a educação pelas próprias corporações e seus membros -, a solução do problema estará, ao menos quanto às escolas técnico-industriais, na preparação fundamental e técnico-profissional, pelo Estado, e na aprendizagem prática nas próprias oficinas ou fábricas, por meio de entendimentos entre o Estado e as empresas particulares. (OLIVEIRA, 2002, p. 430-431)

A adaptação científica do trabalho às aptidões naturais é uma temática assaz abordada (FORD, 1954) e problematizada (GRAMSCI, 2008); (THOMPSON, 1998) no campo das ciências humanas. Entretanto, essa necessidade de adaptação do indivíduo, tal como está expressa no enunciado acima, pressupõe uma lógica hierárquica e evolutiva civilizatória do ser humano entre a sua natureza biológica e a sua constante adequação às formas de produção. A autodisciplina do sujeito pautada na racionalização do trabalho transfigurar-se-ia em um critério de valorização e estipulação de padrões de conduta. A adesão aos preceitos científicos passa a operar como um diferencial e “refinamento” da mão-de-obra, agindo como um objeto de maior eficácia na produtividade para o empregador e como um objeto de valor de oferta para o trabalhador. Destarte, a demanda constante pelo aprimoramento laboral para a fixação nos quadros profissionais torna-se uma prática comum na sociedade brasileira, e em concomitância, a expansão de oferta do ensino profissional e técnico (CARDOSO; MOTA JR., 2016).

É válido ressaltar a valorização do vínculo entre Estado, indústria e sociedade quanto à formação profissional. O caráter do ensino profissional estaria diretamente atrelado à demanda da mão-de-obra em vigor no cenário brasileiro, e não exercendo uma imposição vertical exterior a ela. O Estado, por sua vez, seria o mediador deste vínculo, atuando de maneira estratégica a fim do funcionamento efetivo da oferta e demanda da produção econômica vigente, sem disponibilizar recursos excedentes ou deficitários em relação ao necessário demandado no período em questão.

4 | CONSIDERAÇÕES

A primeira consideração a se fazer, a saber, tendo em vista as proposições educacionais que citamos e o possível diálogo com a perspectiva foucaultiana que pretendemos viabilizar neste estudo, fundamentamo-nos no pressuposto de que “os saberes se engendram e se organizam para ‘atender’ a uma vontade de poder” (VEIGA-NETO, 2007, p. 117) e compreendendo o conceito de poder como “ação sobre ações” (IBIDEM, p. 62), ou ação sobre condutas, entendemos que os esforços discursivos e não discursivos que almejam o hipotético desenvolvimento e expansão dos conhecimentos escolares e científicos na sociedade brasileira visavam possíveis ações sobre as condutas dos mais variados indivíduos, ponderando as especificidades e os lugares sociais ocupados por estes.

Em outras palavras, o poder opera em uma série de tecnologias e mecanismos de regulamentação sobre os fenômenos globais e sobre os fenômenos de população (FOUCAULT, 1999). No caso das instituições educacionais, os seus respectivos conhecimentos ensinados ocupariam uma posição estratégica nestes procedimentos

regulamentadores. Logo, o movimento de irradiação das escolas e de instituições científicas, sendo estas compostas de maneira delimitada de conhecimentos e tipos de culturas específicos a serem ensinados, permite a legitimação de determinados padrões de conduta a serem adotados pelos seus respectivos públicos-alvos, que neste caso, seriam os mais variados grupos da população brasileira, variando conforme os graus de ensino e formação.

Um segundo aspecto a ser ponderado remete à construção histórica e cultural da importância social da ciência por meio de uma série de mecanismos, instituições, práticas discursivas e não discursivas etc. As demandas sociais concernentes aos processos produtivos, à investidura discursiva de apreciação e legitimação de determinados padrões de ciência, cultura e conduta a serem ensinados nas instituições de ensino e à expansão destas na sociedade brasileira no período estudado compõem uma espécie de jogo de grades que, segundo Foucault, se aplicam umas sobre as outras e que suprimem velhos conhecimentos em benefício de outros considerados novos. (CHOMSKY; FOUCAULT, 2014) Contudo, seria um equívoco entender este processo como um movimento exclusivamente opressor e alienante sobre a população brasileira, pois, esta deve ser entendida como uma das forças atuantes nas relações de poder, e em consonância com as técnicas de regulamentação de conduta, as relações de poder operam no jogo discursivo e não discursivo, e estas admitem múltiplas potencialidades e efeitos, tais como: incitar, suscitar e produzir ações. Assim, as forças presentes não logram de uma condição passiva, mas de resistência, com inúmeras possibilidades de também atuarem sobre as demais. (DELEUZE, 2005) Nesse sentido, as liberdades, a autonomia e as possibilidades de atuação dos indivíduos oportunizadas por essas relações de poder não podem ser negligenciadas e reduzidas a meros processos de opressão e repressão plena.

Uma terceira consideração a ser feita diz respeito ao pronunciamento de campanha de Armando de Salles Oliveira e a declaração de Jair Bolsonaro citada anteriormente. Ao nos distanciarmos de uma perspectiva histórica linear e evolutiva, em prol de uma aproximação metodológica de cunho arqueológico, que visa compreender as regras que os enunciados de um dado período obedecem, bem como as respectivas discontinuidades e rupturas (FOUCAULT, 2016), nas proposições educacionais de Armando evidencia-se um esforço discursivo que objetiva estabelecer o espaço da ciência e dos conhecimentos escolares no invólucro da sociedade brasileira. Por outro lado, na fala de Jair Bolsonaro fica perceptível uma inversão completa ao cenário anterior, sendo o esforço discursivo direcionado para determinar o espaço da sociedade brasileira no âmbito científico e escolar. O debate sobre a política de cotas raciais, por exemplo, tanto as vertentes favoráveis quanto as contrárias a esta política pressupõem e operam consubstanciadas em

uma lógica enaltecida dos conhecimentos científicos ensinados nas instituições de ensino superior e exigidos nos concursos públicos, e a discussão permearia na pauta de que todos teriam direito pleno ao acesso a estes conhecimentos, ou o acesso deveria ser exclusivamente definido pelo mérito dos indivíduos.

Por fim, concluímos que no pronunciamento de Armando podemos entender o conceito de *educação democrática* não como uma educação única para todos, mas uma educação que fosse reconhecida e legitimada por todos, e que formasse determinados indivíduos capacitados a tomarem decisões autônomas no âmbito científico, e que estas decisões, por sua vez, deveriam reverberar sobre a realidade de todos, tal como o regime político republicano democrático, no qual a população elege alguns indivíduos responsáveis diretos pelas decisões políticas que vigoram sobre uma nação inteira. Caso o conceito de *educação democrática* de outrora tenha uma feição de autoritarismo para nós, talvez, seja o momento de também repensarmos certas práticas políticas da atualidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. (org.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

AQUINO, J. G. **Pedagogização do pedagógico: sobre o jogo do expert no governo docente em Nova Escola**. Educação (PUCRS. Impresso), v. 36, p. 201-209, 2013.

BOLSONARO **critica cotas e nega dívida com negros: “não escravizei ninguém”**. UOL, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/31/bolsonaro-diz-que-pretende-reduzir-cotas-nunca-escravizei-ninguem.htm>. Acesso em 03/04/2019.

BRASIL. **Decreto nº 1155, de 19 de outubro de 1936**. Declara de utilidade pública o Instituto de Organização Racional do Trabalho. Rio de Janeiro, DF, 19 de outubro de 1936. Seção 1, p. 1.

CARDOSO, D. dos S.; MOTA JR., A. de M. **Política de educação profissional no Brasil: expansão da oferta**. X Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. São Cristóvão – SE, 22 a 24 de setembro de 2016.

CARVALHO, M. M. C. **Molde e fôrma cívica. Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CHOMSKY, N.; FOUCAULT, M. **Natureza humana: justiça vs. poder: o debate entre Chomsky e Foucault**. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

CONCEIÇÃO, M. R. **A Educação nas ações e proposições do Instituto de Organização Racional do Trabalho (1932-1946)**. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2005.

DE DECCA, E. S. **“A ciência da Produção: fábrica despolitizada.”** In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo/Rio de Janeiro, Anpuh/Marco Zero, n. 6, 1984, p. 47-79.

DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução: Claudia Sant’Anna Martins; revisão de tradução: Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

- FORD, H. **Princípios da Prosperidade**. Tradução: Monteiro Lobato. Rio de Janeiro: Brand, 1954.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 2016.
- _____. **A Verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **O Governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**; Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 a.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. 38ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b.
- _____. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GOMES, A. M. de C. **O trabalhador brasileiro**. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. de C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 151-166.
- GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. Tradução: Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.
- IDORT. **Revista de Organização Científica**. São Paulo, Vol. XIV, n. 165, 1945.
- MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- MAIA, A. B. F. **As missões francesas na criação da Universidade de São Paulo: uma análise dos relatos e seus significados nos anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934-1949)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- MANGE, R. **Enorme serviço deve o Brasil a Armando de Salles Oliveira**. In: *Revista de Organização Científica*. São Paulo, Vol. XIV, n. 165, 1945, p. 181.
- OLIVEIRA, A. S. **A missão das universidades – Política nacional de educação**. In: *Revista de Organização Científica*. São Paulo, Vol. XIV, n. 165, 1945, p. 183-188.
- OLIVEIRA, A. de S. **Escritos políticos**. São Paulo: Arx, 2002.
- PIMENTEL, C. R. de Carvalho; FREITAS, A. G. B. de. **O ensino secundário brasileiro em 1930 no contexto da cultura escolar e história da educação**. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. UFPB, João Pessoa, PB, 31/07 a 03/08/2012.
- SÃO PAULO. **Decreto nº 6283, de 25 de janeiro de 1934**. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Diário Oficial, São Paulo, SP, 10 de maio de 1934. Seção 1, p. 1.
- SÃO PAULO. **Decreto nº 6284, de 25 de janeiro de 1934**. Considera de utilidade pública o Instituto de Organização Racional do Trabalho (I.D.O.R.T.). Diário oficial, São Paulo, SP. 27 de janeiro de 1934.
- SILVA, A. C. P. **Armando de Salles Oliveira**. São Paulo: Parma: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.
- SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Revisão técnica: Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. 2 ed., 1 reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WEINSTEIN, B. **(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ariano suassuna 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164
Armando de salles oliveira 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 192
Arte sacra 246, 253, 255
Assentamento 337, 351, 353, 354, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362

B

Bíblia 211, 215, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297
Biografia 166, 178, 200, 219, 233, 235, 241, 243, 244, 299, 330, 331, 332

C

Consciência histórica 19, 47, 50, 51, 106, 108, 109, 110, 115, 117, 134, 135, 138, 166, 172, 173
Contestado 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140
Cotas 181, 182, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 205, 206
Cultura 7, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 26, 29, 30, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 51, 55, 56, 61, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 95, 103, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 130, 143, 147, 148, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 172, 174, 181, 184, 185, 187, 190, 192, 194, 196, 202, 203, 204, 216, 220, 236, 245, 261, 270, 277, 280, 281, 289, 290, 297, 299, 306, 307, 320, 321, 322, 323, 326, 328, 329, 343, 344, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 366, 368, 369, 371, 374, 375, 376
Cultura política 270, 299, 306, 307, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 376
Currículo 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 37, 43, 47, 49, 53, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 77, 79, 80, 96, 104, 107, 111, 120, 121, 122, 194

D

Diocese 102, 246, 251, 253, 255, 256, 258, 259, 264, 266, 269, 270
Discurso 4, 5, 15, 24, 31, 49, 78, 102, 124, 128, 129, 153, 155, 180, 183, 186, 187, 233, 238, 239, 241, 243, 255, 256, 274, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 314, 315, 317, 375

E

Educação infantil 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 107, 206
Educação patrimonial 80, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 332
Egito 156, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319
Ensino das ciências 53, 54, 58, 62, 67
Ensino de história 1, 2, 12, 15, 19, 24, 37, 39, 44, 49, 51, 68, 91, 92, 99, 103, 106, 108, 117, 118, 119, 124, 129, 130, 153, 171, 172, 177, 179
Ensino fundamental 14, 15, 16, 21, 44, 70, 75, 93, 102, 104, 107, 118, 120, 123, 128, 129, 130, 132, 138, 139
Ensino médio 75, 123, 131, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 152
Escravidão 5, 7, 9, 31, 43, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 201, 346, 376
Etnografia 47, 216, 332

F

Folclore 14, 164, 321, 322, 328

Formação de professores 54, 55, 68, 76, 79, 106, 107, 108, 109, 178, 179

H

Hagiografia 214, 233, 236

História da educação 54, 68, 130, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 177, 179, 192, 194

História indígena 35, 37, 40, 42, 44, 48, 49, 50, 51

I

Igreja 87, 92, 100, 148, 199, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 237, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 274, 276, 282, 289, 290, 291, 292, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 322, 343, 347

Interdisciplinaridade 19, 141, 142, 145, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 178

Iphan 90, 105, 330, 331, 332, 335, 336, 337, 338, 339

J

José de anchieta 225, 229, 232, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 244

L

Lei federal 14, 69, 70, 72, 78

Leitura 1, 2, 3, 24, 29, 62, 113, 114, 115, 118, 119, 125, 127, 128, 156, 160, 174, 231, 268, 272, 277, 282, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 306, 340, 345, 360

Livros didáticos 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 59, 63, 66, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 138, 140, 141, 142, 146

M

Manaus 26, 35, 36, 258, 259, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375

Mártir 43, 208, 209, 214, 216, 217, 218, 219, 263

Memória 1, 2, 10, 13, 14, 24, 26, 28, 33, 34, 35, 36, 42, 50, 51, 52, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 93, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 112, 124, 130, 131, 132, 133, 136, 139, 140, 141, 151, 152, 155, 167, 172, 179, 219, 228, 231, 235, 237, 276, 300, 307, 308, 310, 318, 319, 331, 362, 371, 376

Murais 18, 246, 247, 248, 253, 256, 257

N

Negritude 1

O

Ordens religiosas 236, 237, 240, 243, 271, 272, 273, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283

P

Paraíba 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 104, 156, 160, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308
Patrimônio cultural 80, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 103, 104, 256, 330, 332, 338
Patrimônio histórico 80, 83, 87, 89, 90, 330, 335
Paulo bourroul 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Pensamento educacional 154
Pensamento social brasileiro 321, 326, 328
Pinturas históricas 118, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129
Política 14, 17, 21, 23, 36, 42, 48, 49, 56, 59, 68, 80, 105, 119, 121, 122, 129, 135, 155, 156, 160, 161, 171, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 205, 206, 207, 233, 240, 241, 242, 243, 247, 261, 270, 285, 288, 289, 291, 298, 299, 302, 304, 305, 306, 307, 312, 313, 314, 320, 325, 335, 340, 342, 343, 344, 349, 351, 353, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 373, 374, 376
Políticas afirmativas 21, 22, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206
Porto seguro 103, 126, 128, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231
Portugal 97, 178, 208, 214, 219, 223, 227, 229, 232, 245, 269, 271, 272, 274, 281, 282, 283, 323, 324, 325, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350
Profhstória 37, 91

R

Rap 363, 364, 365, 366, 369, 370, 371, 373, 374, 375
Religião 5, 19, 73, 102, 175, 209, 210, 212, 215, 245, 264, 265, 272, 274, 282, 298, 302, 303, 313

S

Sala de aula 2, 12, 14, 20, 22, 40, 45, 49, 65, 91, 93, 95, 109, 118, 121, 123, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 139, 161, 163, 168, 176, 177, 339
Santo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 100, 101, 102, 118, 164, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 236, 239, 244, 248, 251, 252, 259, 276, 277, 281, 301, 343, 371

T

Teatro 19, 51, 87, 154, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 180, 183, 262, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 369

U

Universidades 39, 162, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 192, 194, 196, 197, 198, 200, 205, 285, 305

Z

Zumbi dos palmares 87, 351, 353, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362

 **Atena**
Editora

2 0 2 0